**ESCOLA SEM PARTIDO: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE DIANTE DAS LEIS PREVISTAS NESTE PROJETO**

 Cintia Mara De Pinho[[1]](#footnote-1)

 Jayr Lemos de Almeida[[2]](#footnote-2)

**RESUMO**

Este artigo tem como finalidade proporcionar condições de melhor conhecer e entender as propostas contidas no âmbito do “Programa Escola sem Partido”, que traz no seu contexto temas que dizem respeito a crimes de assédio ideológico nas práticas didáticas desenvolvidas pelos docentes em sala de aula. Do ponto de vista específico, este artigo aborda quais as perspectivas na mudança de postura, principalmente dos profissionais da educação em todos os níveis de escolaridade, reivindicada pelo referido programa. O problema proposto neste trabalho consiste em investigar entre os educadores como desenvolver o senso crítico e a liberdade de atuação docente, sem a realização de debates de cunho político e ideológico desenvolvidos com os alunos em sala de aula? A hipótese aplicada a este trabalho é a de que do ponto de vista didático é possível formar cidadãos críticos e conscientes sem exercitar debates de cunhos ideológicos, econômico, de gêneros, etc., em sala de aula. A metodologia aplicada a este trabalho consistiu em desenvolver ampla pesquisa bibliográfica referente a este assunto, procurando elencar argumentos pró e contra a este projeto. Como se trata de um projeto recente e que altera toda a estrutura do sistema educacional brasileiros entende-se como necessário desenvolver pesquisas que possam suscitar dúvidas e controvérsias com relação a eficiência do “Programa Escola sem Partido” e quais as perspectivas da sua aplicabilidade entre os profissionais do ensino no Brasil.

**Palavra chave:** ideológico; assédio; docente.

**ABSTRACT:**

**ABSTRACT**

This article has to provide better conditions to know and understand the proposals contained within the “Programas Escolas sem Partido”, which brings in this contexto themes that relate to ideological harassment crimes in didatic practices developed by the teacher in the classrom. From the specific point of view, this article addresses what prospects in the change of posture, mainly of education professionals at all levels of schooling, claimed by the said programme. The problem proposed in this work is to investigate among educators how to develop the critical sense and the freedom of teaching, without the realization of political and ideological debates developed with students in the classroom? The hypothesis applied to this work is that from a didactic standpoint it is possible to form critical and conscious citizens without exercising debates of ideological, economic, genres, etc., in the classroom. The methodology applied to this work consisted of developing extensive bibliographical research on this subject, seeking list arguments a favor and against this project. How it is a recent project and amending the entire structure of the Brazilian educational system, it is understood as necessary to develop research that might arouse doubts and controversy with regard to the efficiency of the "Programas sem Partido" and the prospects of its applicability among educational professionals in Brazil.

Keyword: ideological; Harassment; Teacher

**1.0 INTRODUÇÃO:**

 A tomada do poder político nacional no ano de 2016, com a deposição da presidente Dilma Rousseff, vem provocando grandes mudanças na estrutura administrativa do País. Dentre estas mudanças, uma que vem mobilizando a opinião pública nacional, e que ainda tende a gerar muitos debates em função do seu conteúdo, principalmente entre políticos, alunos, pais de alunos e entre os profissionais da educação e suas entidades representativas de classe se refere ao “Programa Escola sem Partido”, o qual já vem sendo instituído em algumas instituições de ensino do país.

De acordo com Moreno, Tenente e Fajardo (2017), diversos fatores de ordem jurídica, política, social e educacional tem gerado uma série de polêmicas entre apoiadores e críticos gerando debates sobre a constitucionalidade ou não deste projeto, ou se do ponto de vista didático é possível ensinar com neutralidade, ou mesmo em até que ponto a educação familiar deve exercer influências no ensino escolar.

 O referido programa que diz representar conforme afirmam Moreno, Tenente e Fajardo (2017), os pais e alunos que são contrários a chamada “doutrinação ideológica” ocorrente no âmbito do sistema educacional brasileiro já existe há anos porém, somente a partir do ano de 2015 começou a gerar polêmicas a partir do momento em que câmaras municipais, assembleias legislativas e Congresso Nacional deram início a debates inspirados em projetos de lei pautados nesta ideia.

 Diversos projetos de lei atualmente tramitam em câmaras municipais, assembleias legislativas e Congresso Nacional abordando temas inerentes aos direitos e deveres dos professores que atuam no interior das salas de aula, assim como direito dos pais em decidirem sobre quais conteúdos devem ser aplicados na educação dos filhos, e também criação de novas regras para definição dos livros didáticos a serem adotados pelas escolas. Observa-se que a maioria desses projetos de lei recentemente apresentados, seguem os ditames contidos no anteprojeto do Programa Escola sem Partido (MORENO, TENENTE, FAJARDO, 2017).

 Os projetos de lei pautados nos princípios do Programa Escola sem Partido reivindicam o direito em determinar limites para a atuação dos docentes, impedindo a promoção por parte dos mesmos, de manifestações em salas de aula envolvendo crenças particulares, incitação a participação em protestos e outras atividades que possam denegrir os alunos que pensem de forma diferente. Com relação ao ensino das religiões, o referido projeto ainda reivindica o direito dos pais de alunos em que seus filhos recebam a educação religiosa e moral, consoante as suas próprias convicções (MORENO, TENENTE, FAJARDO, 2017).

 Ainda, de acordo com Moreno, Tenente, Fajardo (2017), até final de julho corrente, conforme levantamentos efetuados junto a assembleias legislativas, Congresso Nacional além do Distrito Federal, tramitavam nestes espaços pelo menos um projeto de lei com teores baseado no referido programa, sendo que no estado de Alagoas foi aprovado em abril um projeto semelhante denominado “Escola Livre”, porém em outros três estados da Federação projetos semelhantes foram arquivados.

**2.0 ANÁLISES E DISCUSSÕES:**

 De acordo com Cabral (2016), as nações desenvolvidas que proporcionam maior liberdade para as pessoas, o pressuposto básico da educação é dar prioridade à transparência ao processo de gestão nas instituições de ensino, visto que uma população devidamente educada gera capital humano com vistas a alavancar a produtividade da atividade econômica, fortalecer a cidadania, lutar em prol da solidez das instituições, garantindo à cada indivíduo a sua valorização profissional.

 Ainda, de acordo com Cabral (2016), uma das principais metas do poder público, do setor privado, dos professores, estudantes, pais de estudantes, da coordenação e da direção escolar seria aperfeiçoar o processo educativo em caráter permanente, pois tudo começa na educação básica a partir da educação infantil, passando pela fundamental e média, isto porque é nas escolas o local onde o aluno aprende a ler, escrever, interpretar e discutir textos, além de aprender a dominar operações em matemática, formar opiniões, trabalhar em equipe, estreitar relações sociais e despertar o gosto pela leitura, informação e pesquisa.

 Porém, conforme afirmado por Cabral (2016), não é esta a realidade que ocorre no processo educacional brasileiro, visto que nas escolas e universidades do país ainda existem milhões de analfabetos funcionais, além da péssima avaliação internacional dos nossos alunos em exames como o Pisa. Ainda na opinião de Cabral (2016), a centralização da educação brasileira por parte dos sindicatos e a ideologização à esquerda através do corpo docente são males que acometem a educação brasileira.

 A reversão desses males caracterizados pela doutrinação político-ideológica, prejudiciais à mente de estudantes conforme afirma Cabral (2016), está no surgimento do “Programa Escola sem Partido”, programa este que reivindica a “*descentralização e desmonopolização do conhecimento; respeito à integridade intelectual e moral dos alunos não interferência sobre a maneira com que os pais dos alunos devem educá-los, conforme suas convenções e valores; variedade quanto ao ensino e aprendizagem de conteúdos, conforme vastas bibliografias, livros e textos”.*

 De acordo com Tokarnia (2016), o Programa Escola sem Partido foi fundado em 2004 por Miguel Nagib, ganhando força quando se transformou em Projeto de Lei 2974/2014, apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de janeiro; na Câmara dos Deputados, de forma semelhante, tramita o Projeto de Lei (PL) 867/2015; e no Senado Federal, tramita o Projeto de Lei do Senado (PSL) 193/2016.

O Programa Escola sem Partido, de acordo com Miguel Nagib, em entrevista concedida a Cabral (2017), foi criado com objetivo de inibir a doutrinação ideológica e a propaganda política e partidária disseminada nas escolas e universidades, consideradas pelo mesmo como abusivas, antiéticas e ilícitas, e que através da informação a estudantes e professores sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente, tornando obrigatória em todas as salas de aula, a fixação de um cartaz com os seguintes deveres do professor:

*I – O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.*

*II –  O professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.*

*III –  O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.*

*IV –  Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.*

*V – O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.*

*VI – O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.*

Ainda, de acordo com Miguel Nagib em entrevista a Cabral (2017), tendo ciência de que os alunos estão devidamente informados sobre existência dos deveres acima elencados, os docentes deverão respeitá-los; e para aqueles que não o fizerem, estarão assumindo o risco das consequências jurídicas pelos abusos praticados.

A propósito da liberdade de ensinar, na opinião de Miguel Nagib em entrevista a Cabral (2017), nunca deve ser confundida com a liberdade de expressão, visto que conforme entendido por Nagib, a liberdade de expressão consiste em se dizer qualquer coisa a respeito de qualquer assunto e caso o professor viesse a desfrutar em sala de aula dessa liberdade, o mesmo não teria obrigação em transmitir aos alunos o conteúdo de uma disciplina.

Contudo, a educação é um processo repleto de complexidades que carece de definições e posicionamentos claros. É um campo politico fechado, carregando consigo a rica herança da educação popular; assim sendo, tanto os professores, como os seus educandos são sujeitos sociais que se encontram no meio de um processo bem mais complexo do que somente apenas a formalização de uma modalidade de ensino. (SOARES, GIOVANETTI, GOMES, 2011).

Porém, conforme observado por Gil (1994), é impossível tratar de forma satisfatória os problemas relativos à educação sem, contudo, fazer algumas considerações acerca da sua historicidade e vinculação com fenômenos sociais mais amplos, visto que as instituições pedagógicas são acima de tudo, instituições sociais.

 Assim sendo, é importante ao docente manter uma abordagem sociocultural, retratando aspectos sociais, culturais e até mesmo políticos a serem considerados, pois a troca de pensamentos e ideias conduzem os alunos a uma realidade sociocultural, devendo ser observada, já que é muito determinante na forma de como os alunos se veem e criam ideias, sujeitos que trazem ao seu lado valores representativo de seus pensamentos. Assim cabe o docente compreender essa realidade e se colocar em sentido oposto e aprender a respeito. O diálogo, o debate, o desafio do novo conhecimento, o estimulo á comunicação, entre outros, são aspectos fundamentais que viabilizam a mediação pedagógica (JARDILINO, AMARAL, LIMA, 2010).

Os conceitos de ensino e aprendizagem encontram-se ligados, porem ao se falar de ensino, entende-se por conceitos como: instrução, orientação, comunicação e transmissão de conhecimentos, que indicam o professor como elemento principal do processo. Já ao se tratar da aprendizagem, evidenciam-se conceitos como: descoberta, apreensão, modificação de comportamento e aquisição de conhecimentos, que se referem diretamente ao aluno. A ênfase colocada no ensino ou na aprendizagem torna-se, pois importante indicador do modelo de atuação pedagógica a ser adotado pelo professor em sala de aula (GIL, 1994).

Ainda conforme observado por Gil (1994, p. 23), “*cada sociedade é levada a construir o sistema pedagógico mais conveniente a suas necessidades materiais, as suas concepções do homem e a vontade de preserva-las. Ou talvez o sistema mais conveniente à reprodução das relações de poder que manifestam em seu seio. Quando, pois, o sistema pedagógico muda, é porque a própria sociedade mudou, ou porque mudaram as relações de poder entre seus membros”*.

 **3.0 OPINIÕES SOBRE O PROGRAMA “ESCOLA SEM PARTIDO”:**

Mesmo entre os profissionais da educação, representados pelos professores a temática relacionada ao programa Escola sem Partido tem gerado muita polêmica e discussão, já que divide opiniões contrárias e favoráveis à sua implantação. Em sua reportagem intitulada “Escola sem Partido: diferença entre um professor e um educador”, publicada em 16/10/2016, pela EBC - Empresa Brasil de Comunicação – Agência Brasil, a jornalista Mariana Tokarnia entrevistou professores simpatizantes e contrários ao Programa Escola sem Partido, os quais explanam suas opiniões:

**3.1. FAVORÁVEIS:**

*A professora e psicopedagoga Luciana Hass, que leciona português na Escola Municipal de Belo Horizonte defende a medida. "É importante a gente ter uma escola sem partido porque, em uma sociedade livre, as escolas não devem funcionar como centro de doutrinação", afirma. Ela defende que, na medida do possível, os professores devem apresentar aos estudantes todas as informações que puderem.*

*Segundo Luciana, há uma falta de compreensão do projeto por parte daqueles que o criticam. A medida, de acordo com ela, vem para proteger a liberdade de cátedra. "A escola sem partido vem para fazer com que os professores mostrem todos os lados. Têm que passar o conhecimento de maneira neutra. Tão neutra quanto possível".*

*Ela diz que, no dia a dia, quando se depara com textos que são mais voltados para determinada ideologia, ela busca outros que mostrem outros pontos de vista. "Os opositores falam que não se pode trabalhar política. Muito pelo contrário, deve-se, sim, trabalhar assuntos políticos. Outro dia, vi um trabalho interessante no qual as crianças diziam o que esperavam do prefeito da cidade, o que esperavam que fizesse de bom. Imagina se eu trabalhasse isso de forma partidária, falando sobre algum partido. Não vamos falar de partido, mas podemos tratar de questões políticas".*

*Cleverson Lino Batista, professor de filosofia, ética e sociologia do ensino médio no Colégio São Pedro do Vaticano e do ensino fundamental na Rede Coleguium, ambas escolas particulares em Belo Horizonte, defende que, na situação atual do país, o projeto é necessário. "A doutrinação ideológica nas escolas é muito forte. Não é generalizado, não são todos os professores, mas muitos sabem a posição que têm como formadores de jovens, como alguém que é visto como exemplo, e acabam influenciando de maneira indevida os estudantes", diz.*

*Ele defende que o professor pode ter opinião própria, mas que devem levar os alunos a conhecerem também opiniões antagônicas às suas. "O processo de educação é feito através de confronto de ideias, de perspectivas diferentes. Se apresenta apenas uma posição e demoniza as demais, isso não é papel do professor, ele está fugindo do papel dele", assegura.*

*Sobre questões religiosas, ele defende que escolas particulares que deixam claro a linha de atuação e que são, por isso, escolhidas pelos pais e responsáveis podem seguir diretrizes específicas. No entanto, escolas públicas devem garantir a pluralidade do ensino.*

*Para Batista, questões como religião e gênero devem ser discutidas nas famílias. "Isso é, antes de tudo, tarefa da família. A escola, nesse ponto, é acessória, ela vem para suprir, não é ator primário desse debate de religião ou gênero. Não deve fugir do debate, mas sempre manter o cuidado e a posição como escola, onde acontece o ensino".*

**3.2. CONTRÁRIOS:**

*"O projeto Escola sem Partido aprofunda a insegurança de como trabalhar em sala", diz a professora Gina Vieira Ponte de Albuquerque, que dá aula para o 9º ano do ensino fundamental e para os anos finais do ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Centro de Ensino Fundamental (CEF) 20 de Ceilândia e CEF 02, no Distrito Federal.*

*"Remete a um professor que transmite um conhecimento enciclopédico. Ser professor é mais complexo, nossa prática começa quando colocamos o pé dentro da escola e nos deparamos com alunos com atitudes racistas. Um mero professor não vai fazer nada, mas um educador fará uma intervenção".*

*​Com o projeto Mulheres Inspiradoras, Gina, ganhou pelo menos quatro prêmios: Professores do Brasil, Educação em Direitos Humanos na Escola, Prêmio Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos "Oscar Arnulfo Romero" e Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero.*

*"Ao longo do projeto me deparei com alunos que presenciavam pais espancando mães e isso era naturalizado. Diante de um contexto de Escola sem Partido isso não poderia ser abordado. O projeto é para não pensar uma educação que pode promover a mudança social, promover o respeito à diversidade, a tolerância e a compreensão de contradições sociais", diz.*

*Segundo Gina, professores que emitem posicionamentos partidários ou outros abusivos devem ser punidos, mas isso já consta nas atuais regras que regem a profissão. O Escola sem Partido traria outros tipos de insegurança pois, segundo ela, relativiza o que é o abuso. "Se acontecem abusos, nós, professores, somos os primeiros a dizer que isso deve ser denunciado. É falta de ética profissional. O que esse dispositivo legal faz, no entanto, é atingir o professor que tem extrema consciência da profissão, que se percebe como educador".*

*O professor Uanderson de Jesus Menezes, da Escola Estadual XXII de Ipatinga (MG), acredita que uma maior participação dos pais ajudaria a definir melhor os conteúdos e as abordagens, e os tornaria parte da educação dos filhos também na escola, sem a necessidade de uma lei. "O que falta muitas vezes é o acompanhamento de perto dos pais, eles não estão presentes na escola, não acompanham o dia a dia. É muito comum que pais falem que, se não tem problema com o filho, não vão à escola. Nossas reuniões são vazias. Dizemos que são filhos órfãos de pais vivos. A melhor forma seria estarem presentes para conhecer a disciplina, entender o plano de aula".*

*Menezes recebeu o prêmio Professores do Brasil pelo projeto TV Filosofia, no qual os estudantes escolhem um tema e explicam por meio de produções audiovisuais. "Uma vez, um pai de aluno, que é pastor na região, foi à escola reclamar que a escola estava ensinando Barroco [estilo artístico dos séculos XVI a XVII, presente inclusive na construção de igrejas católicas]. Ele acreditava que tornava os alunos gays", conta. "Não se pode ter essa função de exigir que se ensine o que se quer porque esses conteúdos são cobrados em avaliações como o Enem [Exame Nacional do Ensino Médio]".*

*Para além da participação dos pais, o professor Leonardo Stefano Masquio, do Instituto Federal Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, ressalta que a participação dos alunos é essencial nas aulas e que eles não absorvem meramente o conteúdo, como supõe o Escola sem Partido, mas questionam o que é ensinado. Masquio recebeu o Prêmio Arte na Escola Cidadã pelo projeto Oficina de Criação de Canções, que propõe que estudantes componham músicas coletivamente. No processo, de acordo com o professor, os estudantes têm liberdade de propor temas que serão abordados nas letras. "Quando estamos produzindo uma música, qualquer um pode questionar. Eu posso colocar alguma visão e os estudantes questionarem, podem dizer que é ruim e que não querem seguir por ai, não tem essa hierarquia".*

*Segundo ele, a ideia de construir o conhecimento passa pela pluralidade de pensamento. O Escola sem Partido possibilitaria que professores comprometidos com a pluralidade de pensamento fossem confundidos como doutrinadores, "como se fizessem uma lavagem cerebral, como se os estudantes não tivessem pensamento crítico", diz. "Pluralidade é diferente de um professor que diz que vota em tal partido, isso é algo pedagogicamente equivocado, mas que não pode servir de justificativa para se cometer outro erro".*

**4.0 POSTURA DO PROFESSOR EM SALA DE AULA:**

 Quando se aborda qualquer assunto ou conteúdo em sala de aula, de acordo com afirmações proferidas por Cabral (2016), o docente deve adotar uma postura neutra, demonstrando os fatos, suas causas ou consequências, enfatizando o ponto de vista dos autores ou intelectuais, porém sem emitir juízos de valor favorecendo a determinado seguimento em detrimento do outro.

Ainda de acordo com Cabral (2016), na ótica do “Escola sem Partido” o docente pode ter suas convicções, porém, em sala de aula, a sua obrigação é educar e não persuadir a aluno para que pense de forma semelhante.

 Porém, conforme afirmam Soares, Giovanett e Gomes (2011), os professores que se dedicam ao campo da educação carregam em si mesmo e nos conhecimentos que transmitem maior responsabilidade social, política e acadêmica de compreender, interpretar, representar, refletir e analisar as trajetórias, histórias de vida, saberes, prescrição e conhecimentos produzidos pelos educandos. Isso se expressa como um campo politico de formação e de investigação que está decisivamente comprometida com a educação das camadas populares e com a ultrapassagem das diferentes formas de exclusão e discriminação presente em nossa sociedade, as quais se fazem existente tanto nos processos educativos escolares quanto nos não escolares.

Conforme afirma Barreto (2016), no atual quadro educacional vigente em nosso país, a ideia pautada no funcionamento de escolas cujos professores e professoras devam atuar como meros executores ou mesmo consumidores passivos de políticas idealizadas fora do ambiente da escola, de estudantes assumindo a postura de meros receptores também passivos, e de uma educação mecanicista, prescritiva, dissociadas dos principais acontecimentos da vida e vazia de questões de cunho cultural, político, social e econômica, não é recente.

Ainda conforme afirma Barreto (2016), a educação não pode ser vista como uma prática descontextualizada, ou seja, de forma neutra. Torna-se importante a valorização de professores e professoras como educadores, além de defender a participação democrática de todas as pessoas que convivem no ambiente da escola, pois caso contrário, torna-se impossível idealizar qualquer projeto voltado à escola,

que não envolva as pessoas que ali estão.

**5.0 CRÍTICAS AO ENSINO SUPERIOR:**

Para os idealizados do Programa Escola sem Partido, as críticas ao modelo de ensino atualmente praticado no Brasil não se restringe apenas ao ensino fundamental e médio; na opinião dos seguidores deste programa, as alterações propostas no sistema educacional brasileiro também devem se estender ao ensino superior, onde também se disseminam práticas doutrinadoras.

 Em sua página [*http://www.escolasempartido.org/faq*](http://www.escolasempartido.org/faq)disponível no Google, o Programa Escola sem Partido denuncia o que, na opinião desse Programa, se trata de práticas doutrinárias: “*As práticas e conteúdos doutrinadores se disseminam em todos os níveis de ensino. No caso da universidade, a doutrinação já começa no processo seletivo, pois há inúmeros casos de questões de vestibular que forçam os alunos a assimilar e reproduzir teorias e ideologias afinadas com a esquerda intelectual e política para ter chances de ser aprovados”.*

*“O viés ideológico das provas se revela de diversas maneiras: na escolha de autores, textos e imagens; nas pressuposições; nas afirmações que são tidas como verdadeiras ou falsas; nas omissões; nos julgamentos; no recorte seletivo dos fatos; na apresentação de protagonistas como opressores e oprimidos, exploradores e explorados, algozes e vítimas, etc. Temas controvertidos são mostrados como se não o fossem”.*

*“Com isso, além de transformar esse exame num filtro ideológico de acesso ao ensino superior, o examinador militante sinaliza para o ensino médio qual o enfoque a ser adotado pelas escolas que almejarem bons índices de aprovação no vestibular. Depois de ingressarem nos cursos, os alunos são submetidos à influência de professores que fazem comentários político-ideológicos em sala de aula mesmo quando o assunto pouco ou nada tem a ver com política (um problema que, vale dizer, não ocorre só no Brasil”).*

*“Mas é nos cursos universitários das áreas de educação, ciências humanas e sociais que as práticas e conteúdos doutrinadores se manifestam de forma mais explícita e ostensiva. No caso dos cursos de pedagogia e de licenciatura, as ideias de Paulo Freire são transmitidas aos alunos como se fossem verdades incontestáveis, muito embora esse autor veja o trabalho de ensinar como uma simples modalidade de proselitismo ideológico ao qual ele dá o nome de “conscientização” dos alunos. Já nas áreas de humanidades e de ciências sociais, em que os assuntos abordados nas matérias têm frequentemente relação direta com a política, o que se nota principalmente é o unilateralismo dos conteúdos, o qual se expressa na ampla predominância de autores críticos do capitalismo nas bibliografias utilizadas”.*

**6.0 EM DEFESA DO ENSINO SUPERIOR:**

 Na opinião de Barreto (2016), o Programa Escola sem Partido parte do princípio de que professores e professoras não devem ser educadores, e sim limitar-se a meros transmissores de matérias, porém, sem abordar assuntos atuais ou discutir valores, ou seja, qualquer coisa que ultrapasse a transmissão do conhecimento pode ser passível de ser considerada como “doutrinação ideológica”, sendo assim, passível de “estar em conflito com as convicções morais dos estudantes e de seus pais”.

 Ainda, conforme afirma Barreto (2016), na ótica do Programa Escola sem Partido, a tarefa de educar seria de responsabilidade da família, a qual não poderia ser contrariada em seus valores morais, religiosos e sexuais, sendo que nestes casos, a professora, o professor e o estabelecimento de ensino deveriam adotar postura de absoluta neutralidade, porém Barreto (2016) questiona quem poderia decidir sobre o que seria “neutro” ou “ideológico”?

 Por se tratar de uma prática descontextualizada, não se faz educação assumindo postura de neutralidade, por isso torna-se fundamental a valorização de professores e professoras como educadores, no amplo sentido da palavra, além disso, incentivar a participação democrática de todas as pessoas, independentemente de que ali possa estar, proporcionando ao processo educacional um ambiente aberto à vida, e a tudo o que a ele esteja relacionado, ou seja, a diversidade, a diferença e o conflito advindo dessa participação popular (BARRETO, 2016).

Ainda com relação à questão educacional ministrada nos estabelecimentos de ensino superior do país, transcrito no jornal GGN por Milena (2017), durante a abertura do seminário “Brasilianas – Saídas para crescer”, a professora Maria Amália Pie Abib Andery, reitora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP, ressalta que: *"A Universidade é um locus de pensamento não por conta dos mais velhos, os professores, mas por causa dos mais jovens. Para eles esse espaço se torna um laboratório para o exercício do pensamento, abrindo caminho para questionar a vida social", pondera a professora Maria Amália acrescentando que, com o aumento da complexidade da estrutura social e econômica em todo o mundo, o papel de formação das instituições de ensino superior se tornam cada vez mais insubstituível, criticando a visão de David Roberts especialista em inovação que, em recente* *entrevista para o El País, afirmou que as universidades estão se tornando cada vez menos necessárias*.

Ainda conforme palavras proferidas pela professora Maria Amália, transcritas no jornal GGN por Milena (2017), *“O papel da Universidade não se limita na formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Há no interior dessas instituições de ensino um ambiente propício para o desenvolvimento do pensamento crítico, inovador e da produção de conhecimento. Prova disso é que, no Brasil, 95% da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) nascem dentro de universidades ou com a colaboração delas. Nos Estados Unidos, onde acredita-se que o padrão capitalista incentivaria uma maior produção de CT&I a partir das empresa, 80% da inovação e tecnologia surgem com esforço acadêmico, fortemente subvencionado pelo Estado*”.

**7.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

 O clima político-institucional pela qual passamos, tem proporcionado o surgimento de diversas correntes de pensamentos, o que não deixa de ser preocupante, do ponto de vista de um país que precisa crescer, vencendo definitivamente as barreiras do subdesenvolvimento em todos os sentidos.

 A redenção ao atraso social, à pobreza e ao flagelo das populações, de dá através da educação, prova disso são países como a Alemanha e o Japão que foram totalmente destruídos pela guerra da década de 1945 e atualmente despontam-se como líderes mundiais em desenvolvimento.

 Aproveitar-se do atual momento para fazer da educação um trampolim para atingir a interesses políticos, econômicos, religiosos, ou de quaisquer correntes ideológicas, torna-se algo temerário.

O Programa Escola sem Partido, por se tratar de um modelo novo para educação brasileira, aparentemente divide a opinião dos cidadãos brasileiros, incluindo-se professores e professoras, conforme demonstrado neste trabalho.

Ainda com relação ao Programa Escola sem Partido, causa-nos apreensão o fato de alguns de seus fundadores defenderem a sua implantação somente nos estabelecimentos do ensino público, justamente aqueles frequentados pelas camadas sociais que detém menor poder aquisitivo; outro fato se detém à negativa do atual governo, através do Ministério da Educação e Cultura do Brasil – MEC, em prestar maiores esclarecimentos sobre o Programa Escola sem Partido para Organização das Nações Unidas – UNU, divulgado pela mídia nacional.

Entendemos que propostas como as contidas no Programa Escola sem Partido, tenham que ser amplamente debatidas de forma transparente e democrática com todos os seguimentos da sociedade, para que no futuro, não tenhamos que lamentar a oportunidade perdida de podermos, através do desenvolvimento de um processo educacional sério e comprometido com toda geração de brasileiros, de forma indistinta, alçar ao patamar de país desenvolvido, com justiça social para todos.

**8.0 REFERÊNCIAS:**

BARRETO, André. **“ESCOLA SEM PARTIDO” OU EDUCAÇÃO SEM LIBERDADE?** SINPRO – DF. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/artigo-escola-sem-partido-ou-educacao-sem-liberdade/> Acessado em 10/11/2017.

CABRAL, Marcelo. **O COMBATE A DOUTRINAÇÃO NA ESCOLA**. Site OLHAR ATUAL A LIBERDADE DE INFORMAÇÃO. Secção Educação, em 13 de junho de 2016. Disponível em <http://olharatual.com.br/o-combate-a-doutrinacao-ideologica-nas-escolas/> Acessado em 09/11/2017.

CABRAL, Marcelo. **ENTREVISTA COM MIGUEL NAGIB, FUNDADOR E COORDENADOR DO ESCOLA SEM PARTIDO**. Site OLHAR ATUAL A LIBERDADE DE INFORMAÇÃO. Seção Educação, em 18 de abril de 2017. Disponível em <http://olharatual.com.br/o-combate-a-doutrinacao-ideologica-nas-escolas/> Acessado em 09/11/2017.

**ESCOLA SEM PARTIDO educação sem doutrinação.** Disponível em <http://www>.

Escolasempartido.org/faq. Acessado em 25/11/2017.

GIL; Antonio Carlos. **Metodologia Do Ensino Superio.** 2. ed. – São Paulo: Atlas,1994.

JARDILINO, José Rubens Lima; AMARAL, Derly Jardim do; LIMA, Delmário Ferreira. **A INTERAÇÃO PROFESSOR-ALUNO EM SALA DE AULA NO ENSINO SUPERIOR: o curso de administração de empresas**. Rev. Diálogo Educação – Curitiba, v. 10, n. 29,p. 101-119, jan/abr. 2010.

MASETTO, M.T. **Competência pedagógica do professor universitário.** São Paulo: Summus, 2003.

MORENO, Ana Carolina; TENENTE, Luiza; FAJARDO, Vanessa**. “ESCOLA SEM PARTIDO”: entenda a polêmica em torno do movimento e seus projetos de lei.** Movimento inspirou uma série de projetos de lei municipais, estaduais e federal, mas foi contestado pela AGU, MPF e associações de professores. G1 – EDUCAÇÃO. Disponível em

[https://G1.Globo.com/educacao/noticia/entenda-a-polemica-em-torno-do-escola-sem-partido.](https://G1.Globo.com/educacao/noticia/entenda-a-polemica-em-torno-do-escola-sem-partido.ghtml)

[ghtml](https://G1.Globo.com/educacao/noticia/entenda-a-polemica-em-torno-do-escola-sem-partido.ghtml) Acessado em 07/11/2017.

MILENA, Lilian**. ‘PAPEL DA UNIVERSIDADE É CRIAR AMBIENTE DE LIVRE PENSAMENTO’, DEFENDE A REITORA DA PUC-SP**. Jornal GGN – secção Educação. Disponível em [http://jornalggn.com.br/brasilianas/lilian-milena/%E2%80%](http://jornalggn.com.br/brasilianas/lilian-milena/%EF%BF%BD%25)

98papel-da-universidade-e-criar-ambiente-de-livre-pensamento%E2%80%99-defen

de-reitora-da-puc-sp. Acessado em 24/11/2017.

SOARES, Leôncio; GIOVAMETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. **DIÁLOGOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. 4. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

TOKARNIA, Mariana. **ESCOLA SEM PARTIDO: DIFERENÇAS ENTRE UM PROFESSOR EUM EDUCADOR**. Agência Brasil, publicado no Jornal GGN em 16/10/2016. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/escola-sem-partido-diferenca-entre-um-professor-e-um-educador>. Acessado em 09/11/2017

1. Bacharel em Administração de Empresas pelas faculdades Integradas de Duamantino-MT [↑](#footnote-ref-1)
2. Orientador: Prof. Ms. Jayr Lemos de Almeida. [↑](#footnote-ref-2)